A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS MASCULINIDADES E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE DOS HOMENS[1]

THE SOCIAL CONSTRUCTION OF MASCULINITY AND ITS IMPLICATIONS ON THE MEN'S HEALTH

LA CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE LAS MASCULINIDADES Y SUS IMPLICACIONES EN LA SALUD DE LOS HOMBRES

Alberto Mesaque Martins[2]

Nos últimos anos, constata-se um crescimento do interesse da comunidade científica pelo tema da masculinidade, refletindo no desenvolvimento de estudos e intervenções conduzidos sob diversas perspectivas e aplicados a diferentes áreas do conhecimento, como a saúde, educação, sociologia, história, políticas públicas, cultura, dentre outras (COUTO; GOMES, 2012). Cada vez mais, observa-se um rompimento com discursos essencialistas que naturalizam os sentidos atribuídos ao "ser-homem", possibilitando assim, a inclusão de abordagens históricas e contextuais que permitam uma compreensão de masculinidade intimamente relacionada a um processo de construção social (SCHRAIBER, 2012).

No âmbito da Saúde Coletiva, a preocupação com a temática da saúde masculina ainda refere-se a uma temática recente e incipiente, porém em constante produção. Diversos estudos apontam para as implicações dos sentidos atribuídos ao "ser-homem" nas condições de saúde, bem estar e qualidade de vida da população masculina brasileira (GOMES, 2008; MEDRADO et al., 2009). Apesar das recentes iniciativas governamentais, os homens ainda encontram-se distantes dos serviços de saúde e das práticas de cuidado, sobretudo aqueles voltados para a promoção da saúde e prevenção de doenças, resultando assim em maiores taxas de adoecimento, internações hospitalares e morte entre essa população (FIGUEIREDO, 2005; BRASIL, 2009).

Mais do que um fenômeno natural, o distanciamento dos homens das práticas de cuidado aponta para a necessidade de se considerar o processo de construção social das masculinidades e das feminilidades e, denuncia que,

[1] TRINDADE, Zeidi Araújo; MENANDRO, Maria Cristina Smith; NASCIMENTO, Célia Regina Rangel (Orgs.). Masculinidades e saúde. Vitória: GM Editora, 2011.

[2] Psicólogo (Centro Universitário UNA), Mestrando em Psicologia (UFMG), Professor do Departamento de Enfermagem da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), membro do Laboratório de Educação em Saúde e Ambiente (LAESA) do Centro de Pesquisas René Rachou (CPqRR) - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Email albertomesaque@yahoo.com.br

apesar das lutas por transformações nas relações de gênero, ainda persiste a associação dos homens aos comportamentos de risco, refletindo o processo de divisão sexual do cuidado (GOMES, 2008).

Cabe ressaltar ainda que, as questões de gênero não se encontram restritas aos homens que utilizam ou não os serviços de saúde. Por se tratar de instituições genderificadas, essas concepções também orientam os modos de pensar, sentir e agir de gestores e trabalhadores que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo portanto, materializadas nas propostas assistenciais ofertadas nesses espaços (LAGO; MULLER, 2010). Tratando-se do contexto brasileiro, os serviços de saúde ainda encontram-se estruturados para o atendimento das demandas de mulheres, crianças e idosos, abrindo pouco espaço para o reconhecimento das necessidades de saúde específicas da população masculina (SCHRAIBER, 2012). Desse modo, a mobilização dos homens para os serviços de saúde e a inclusão dos mesmos na pauta assistencial do SUS configura-se como um grande desafio.

Nessa perspectiva e, buscando ampliar o debate sobre o tema, encontra-se o livro "Masculinidades e Práticas de Saúde", organizado pelas professoras Zeidi Araújo Trindade, Maria Cristina Smith Menandro e Célia Regina Rangel do Nascimento. Nele, as autoras apresentam importantes reflexões acerca da influência do processo de socialização e construção da identidade masculina na maneira que os homens se vinculam e, em alguns, casos se distanciam das práticas de saúde.

Trata-se de discussões oriundas de uma pesquisa multicêntrica realizada em cinco capitais brasileiras: Vitória, Belo Horizonte, Recife, Brasília e Florianópolis, possibilitando que o tema da saúde masculina seja problematizado a partir das especificidades e similaridades que cada um desses contextos socio-históricos, culturais e políticos apresentam.

Para além do diagnóstico das condições de saúde e das principais causas de adoecimento e mortalidade da população masculina brasileira e, ancorados em perspectivas metodológicas distintas, as autoras mantêm o esforço de considerar a masculinidade como uma construção social, produto de uma sociedade ainda marcada pelas desigualdades de gênero e pelo processo de dominação masculina. Nesse sentido, grande destaque é dado à análise das Representações Sociais de homens (usuários ou não dos serviços de saúde) e profissionais de saúde, revelando assim a importância de se considerar os modos de pensar, sentir e agir desses sujeitos na compreensão desse cenário.

No primeiro capítulo, Trindade et al. apresentam um análise da produção científica brasileira sobre o tema da saúde masculina, no período de 2005 a 2010, buscando compreender as temáticas mais recorrentes, bem como as lacunas e silenciamento da área. Em seguida, Medrado et al. realizam um resgate histórico do processo de construção da recém instituída Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH),

identificando alguns limites, desafios de implementação e possibilidades de aplicação da mesma. No terceiro capítulo, esses mesmos autores propõem a reflexão acerca de um tema emergente no cenário científico brasileiro: a inclusão dos homens no cenário dos direitos sexuais e reprodutivos, especialmente no que se refere ao direito de exercício da paternidade.

No quarto e quinto capítulo, ambos sob autoria de Toneli e Muller, o olhar sobre o tema da saúde do homem é direcionado para os estudos dos modos de pensar, sentir e agir de profissionais de saúde, evidenciando que seus discursos e práticas ainda encontram-se atravessados pelo processo histórico de divisão sexual do cuidado. As autoras também refletem sobre a recorrente dificuldade que gestores e profissionais de saúde encontram para reconhecer os homens como sujeitos das ações de saúde e, apresentam argumentos que possibilitam evidenciar o processo pelo qual as mulheres foram historicamente constituídas como sujeitos universais do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Teoria das Representações Sociais e sua aplicabilidade na compreensão do processo de saúde/adoecimento/cuidado é tema central do capítulo de Almeida e Santos. Nele, os autores buscam analisar a maneira como os homens brasileiros concebem o processo de saúde/adoecimento e de que forma suas representações sociais podem favorecer, dificultar e/ou inviabilizar o auto-cuidado. Essa discussão ganha novos olhares e interlocutores nos capítulos 7 e 8, de autoria de Almeida et al. e Santos et al., respectivamente. Os autores prosseguem no estudo dos diferentes significados que o cuidado com a saúde assume para homens brasileiros em diversos contextos do país.

Já no nono capítulo, de autoria de Nascimento e Gianordoli-Nascimento, a atenção se volta para aqueles homens que superam os limites impostos por uma sociedade genderificada e utilizam os serviços de saúde. Neste capítulo, os autores realizam uma análise detalhada da frequência e dos motivos que contribuem para a utilização desses espaços por homens das cinco capitais estudadas. No décimo capítulo, esses mesmos autores estendem essa reflexão para uma outra perspectiva: a análise dos modos de pensar, sentir e agir de homens que se (des)cuidam por meio de práticas de automedicação, procura por amigos e pela família.

Consolidando os debates do livro, no capítulo 11, Trindade et al., apresentam uma síntese das discussões e, mais do que isso, realizam apontamentos que contribuem para o delineamento de práticas de saúde voltadas para a população masculina. Mais uma vez, observa-se que os autores rompem com o discurso biomédico, ainda hegemônico no campo da Saúde Pública, e se juntam a outros estudiosos da área para ressaltar a necessidade de compreender as práticas de saúde como produções históricas e sociais, assim como o são, as masculinidades.

O posicionamento e o referencial teórico e metodológico assumido pelos autores em todo o livro contribuem para o rompimento do discurso de culpabilização dos homens pelo próprio adoecimento e mortalidade e, sobretudo, abre espaço para que o leitor reflita acerca da importância de se considerar os modos de pensar, sentir e agir de profissionais, gestores e usuários como importantes elementos de análise e de transformação desse cenário. Conforme apontam Trindade et al:

> analisar o problema da saúde em uma dimensão macro-social, sob a ótica da saúde pública é fundamental. Porém é também fundamental que a dimensão micro-social, das relações cotidianas, pessoal e familiar seja considerada, pois é o espaço no qual os programas públicos poderão ter eficácia ou não, dependendo das representações, crenças e valores que fundamentam as práticas do grupo social que se pretende atingir (p.201)

Referências

BRASIL. Mistério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem**: princípios e diretrizes. Brasília – DF, 2009.

COUTO, Márcia Thereza; GOMES, Romeu. Homens, saúde e políticas públicas: a equidade de gênero em questão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 10, p. 2569-78, 2012.

FIGUEIREDO, Wagner Santos. Assistência à saúde dos homens: um desafio para os serviços de atenção primária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.10, n.1, p. 105-109, 2005.

GOMES, Romeu. **Sexualidade Masculina, Gênero e Saúde.** Coleção: Criança, Mulher e Saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

LAGO, Mara Coelho de Souza; MULLER, Rita de Cássia Flores. O sujeito universal do cuidado no SUS: gênero, corpo e saúde nas falas de profissionais e usuários do Hospital Universitário – Florianópolis, Santa Catarina. In: STREY, Marlene Neves; NOGUEIRA, Conceição; AZAMBUJA, Mariana Ruwer. **Gênero e Saúde:** diálogos ibero-brasileiros. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010. p. 279-302.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; AZEVEDO, Mariana; GRANJA, Edna; VIEIRA, Sirley. **Princípios, diretrizes e recomendações para uma atenção integral aos homens na saúde**. Recife: Instituto PAPAI; 2009.

SCHRAIBER, Lilia Blima. Necessidades de Saúde, Políticas Públicas e Gênero: a perspectiva das práticas profissionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 10, p. 2635-44, 2012.

TRINDADE, Zeidi Araújo; MENANDRO, Maria Cristina Smith; NASCIMENTO, Célia Regina Rangel (Orgs.). **Masculinidades e saúde.** Vitória: GM Editora, 2011.

Recebido em 13/04/2013, aprovado em 11/09/2013